Quem deveria influenciar quem?

Notas sobre o segundo turno de 2026, a normalização do absurdo e o limite do aceitável

Vinicius Gomes · outubro de 2026

1. A balança do açougue

No açougue do bairro onde cresci, todo mundo sabia que a balança pesava a mais. Se você fosse comprar um quilo de carne moída, pode ter certeza de que levaria para casa uns novecentos gramas. Não era segredo. Todos no bairro sabiam da situação, mas, como o bairro era pequeno e as outras vendas ficavam longe, o jeito era comprar no Sr. Luiz e fazer vista grossa.

Um dia ouvi dois fregueses discutindo o assunto na fila. O primeiro dizia que não adiantava reclamar: "açougue é assim, eu já compro sabendo, incorporei esse desconto de carne no preço". O segundo respondia que há uma diferença entre pagar mais caro e ser roubado, porque estipular o preço é prerrogativa do estabelecimento, o peso não. E que querer uma balança correta não é questão de opinião.

Ao ouvir a conversa, reparei em algo que talvez nem os próprios envolvidos tenham percebido. O que estava realmente em disputa ali não era o preço que pagariam ou a quantidade de carne que levariam pra casa. Era qual dos dois conseguiria fazer o outro aceitar a situação como normal.

Dei um salto "filosófico" na minha observação e notei, sobretudo, uma assimetria. Se o primeiro freguês convencer o segundo, saem dali dois homens que nunca mais vão conferir o peso, e uma balança que, não sendo conferida por ninguém, pode acabar perpetuando a mesma prática na farinha, no arroz e em tudo o mais que se pesa antes de vender. Se o segundo convencer o primeiro, saem dali dois homens que vão reprovar a atitude, e na próxima venda o açougueiro ficaria constrangido e talvez ajustasse a balança.

Os dois estão tentando se convencer de coisas que, generalizadas, produzem mundos diferentes. Um produz um açougue pior; o outro produz um açougue melhor. E a pergunta que quase nunca se faz, nesse tipo de conversa, é a pergunta deste artigo: quem, afinal, deveria influenciar quem?

2. O que (realmente) deu origem a este texto

Se você se identificou com a minha história, lamento informar que ela é metafórica. Não cresci num bairro onde um açougue gerava desconfiança em meus vizinhos. Confesso, isso sim, que de vez em quando me pego prestando atenção em conversas alheias e montando cenários na cabeça.

No dia 25 de outubro de 2026, Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito presidente da República no segundo turno, com 51,77% dos votos válidos contra 48,23% de Flávio Bolsonaro[1]. É o quarto mandato de um mesmo homem na chefia do Executivo federal. E o que realmente deu origem à história que montei no primeiro parágrafo foi uma coisa que venho observando nas conversas sobre política desde a apuração.

Ouvi gente boa e honesta admitir que toparia votar, conscientemente e sem ilusão nenhuma, em um bandido menor para tirar outro bandido pior. A palavra "bandido" é substituição minha: em geral, as pessoas recorriam a eufemismos para se referir ao desvio de conduta que observavam no

[1]Resultado do 2º turno das eleições de 25/10/2026, com 99,9% das urnas apuradas, conforme divulgação do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://resultados.tse.jus.br

próprio candidato. E ouvi os complementos de sempre: “a realidade é essa!”; “as coisas são assim”; “mundo perfeito não existe”.

Da minha parte, sempre respondi que, neste segundo turno, não votei em nenhum dos dois candidatos que se apresentaram, e que essa postura não significou querer um mundo perfeito ou uma negação da realidade. Eu sei muito bem que não existe político sem defeito, projeto sem erro, governo sem contradição ou sem suspeitas de corrupção. Expliquei ainda, mais de uma vez e para mais de uma pessoa, que nesta eleição sequer “preguei” o voto nulo, porque reconheci que os argumentos de quem votaria em um para tirar o outro tinham a sua validade subjetiva. Não quero me deter neles, porque não são o tema deste artigo.

Devo registrar, aliás, que a expectativa de um mundo perfeito é exatamente o que a minha fé me proíbe de ter. Não acredito na bondade natural do homem, e não é de hoje que a tradição à qual pertenço insiste que ela não existe[2]. O que essa mesma tradição sustenta é que Deus contém o mal no mundo por meios ordinários, e que entre esses meios estão as leis, os costumes, as instituições e a vergonha pública. É disso que este artigo trata. Não de tornar bom o ser humano, e sim de não desmontar, por conta própria, as contenções que o seguram.

Mesmo depois de explicar tudo isso, a réplica voltava igual: eu estaria querendo um mundo que não existe. E foi aí que percebi o que de fato me incomodava, e que não era o desacordo sobre o voto. Era a ausência de inconformidade diante do fato de termos de ir às urnas naquelas condições, como se a obrigação de escolher entre dois candidatos cercados de escândalos fosse o ápice da democracia. Antes de desenvolver esse ponto, preciso abrir um parêntese e falar com um leitor específico.

Se você está convencido de que Lula ou a família Bolsonaro são, de fato, as melhores opções que tínhamos, e se entende que os escândalos atribuídos ao seu candidato são exagero, perseguição de adversários ou obra de parte da imprensa, este artigo vai incomodá-lo. Eu sei que essa convicção existe e que, em muitos casos, é sincera: há quem veja de um lado o governante que tirou gente da pobreza e por isso virou alvo, e há quem veja do outro o político que enfrentou um sistema estabelecido e pagou o preço por isso. Não vou discutir aqui nenhuma dessas leituras, porque isso exigiria outro texto e porque o meu argumento não depende delas.

O que eu peço é apenas que você não interrompa a leitura, e ofereço duas razões concretas. A primeira: na véspera do segundo turno, os institutos mediram rejeição próxima de metade do eleitorado para cada um dos dois finalistas, praticamente um empate entre eles[3]. Você pode estar inteiramente seguro de que o seu candidato é o ideal, e não é aqui que eu vou tentar demovê-lo disso. Peço só que repare na simetria. Quase metade do país dizia que não votaria nele de jeito nenhum, e você, por sua vez, está convencido de que a outra metade manteve no páreo um homem que não deveria estar lá. Quer dizer que você já acredita no fenômeno que este artigo descreve: um eleitorado grande o bastante para eleger alguém que, pela sua própria conta, não passa num crivo elementar. A nossa divergência é que você acredita que apenas uma metade do eleitorado está fazendo isso. Vale ler até o fim para ver se o que você diz da metade que critica não vale também para a sua.

A segunda razão é mais direta, e vale mais. Eleição não se resume à disputa presidencial. No mesmo pleito você escolheu governador, senador, deputado federal e deputado estadual, e daqui

[2]Para ciência do leitor, o autor é cristão reformado presbiteriano, de teologia calvinista. E a doutrina mencionada no texto podem ser resumidas em duas: a doutrina da depravação total e a doutrina da Graça Comum. Vale pesquisar mais sobre essas propostas

[3] Datafolha, pesquisa realizada entre 20 e 22 de outubro de 2026 (registro TSE BR-09709/2026, margem de erro de 2 pontos para mais ou para menos, 95% de confiança): 46% dos entrevistados afirmaram que rejeitavam Flávio Bolsonaro e 45% que rejeitavam Lula; 3% rejeitavam os dois. Quaest, entrevistas de 23 e 24 de outubro de 2026, véspera do segundo turno (registro TSE BR-09158/2026, 3.702 entrevistados, margem de 2 pontos): 49% afirmaram que não votariam em Flávio Bolsonaro “de jeito nenhum” e 47% disseram o mesmo de Lula. Os dois institutos apontam, portanto, rejeição próxima de metade do eleitorado para cada finalista, com diferença entre eles dentro da margem de erro.

a dois anos escolherá prefeito e vereador. A atitude que eu vou criticar nas próximas páginas não pertence ao eleitor do outro lado: ela aparece em qualquer um de nós no momento em que se vota em alguém reconhecidamente suspeito porque "ele leva verba para a nossa região" ou porque "é um dos nossos". Você pode achar que o seu presidente é irretocável e, ainda assim, ser exatamente a pessoa que não estabelece um limite mínimo quando se trata de outras candidaturas.

Fecho o parêntese e volto ao fio. A maioria dos eleitores brasileiros perdeu a noção de que existe um limite do razoável. Estou falando de um limite bastante modesto: não roubar dinheiro público e não se utilizar do cargo para obter vantagens indevidas. Isso é exigir santidade? Não me parece. É o básico, e equivale, literalmente, a pedir que a balança marque o peso correto.

Nessas conversas eu mencionei ainda um hábito recorrente dos dois movimentos que vou chamar de lulismo e bolsonarismo: o de não deixar crescer, à sua esquerda e à sua direita, nenhum concorrente de menor rejeição. O *modus operandi* de ambos parece ser o de capturar o próprio campo e sufocar quem apareça dentro dele, de modo que o espectro inteiro acabe refém de um único nome.

Ao verbalizar isso, eu esperava, talvez com alguma inocência, que meus interlocutores ao menos achassem a postura feia, ou injusta com os quadros que cada campo poderia ter oferecido. Do lado direito, Tarcísio de Freitas desistiu de concorrer antes mesmo de entrar, diante de uma direita fragmentada por movimentações internas, e foi disputar a reeleição em São Paulo. Do lado esquerdo, o caso de Ciro Gomes é mais antigo e mais eloquente: em 2022 ele foi triturado pela campanha de voto útil, chegou a chamar de "fascismo de esquerda" o que o PT fazia, resistiu à pressão para renunciar e terminou murchando na reta final. Em 2026, já filiado ao PSDB, recusou o convite do próprio partido para disputar a Presidência, alegando cansaço da política nacional, e foi concorrer ao governo do Ceará[4].

A surpresa veio quando ninguém demonstrou insatisfação relevante com nada disso. Havia uma leniência tranquila: "ora, é assim que se faz política, e quem não age assim perde espaço no debate público". E eu não vou me alongar nesse ponto, porque os próprios citados aceitaram o destino que as duas forças populistas lhes impuseram. Não sou procurador de ninguém. Insistir seria comprar a briga do amigo traído: você diz na cara o que todo mundo só pensava, o casal reata no mês seguinte, e o único que não é convidado para o casamento é você. O que me interessa não é a sorte desses candidatos, e sim o que o episódio revela sobre aquilo que achamos normal.

Grande parte da população foi desenvolvendo, sem perceber, uma forma geral de pensar a política. Essa forma é, de longe, a mais persuasiva que circula por aqui, porque qualquer manchete parece confirmá-la e nenhum fato consegue desmenti-la, porque ela tem resposta pronta para tudo: se o político nunca foi acusado de nada, é porque ainda não foi pego ou não teve oportunidade de roubar; se foi absolvido, comprou a absolvição. Ela também reforça o personalismo, porque, se todos roubam de qualquer maneira, não sobra nada para decidir o voto além da simpatia, e cada um acaba defendendo o corrupto de quem gosta. Há um meme na internet que resume bem a defesa que se arma quando o acusado é o nosso: "ele não disse aquilo; e se disse, não quis dizer aquilo; e se quis, você não entendeu o contexto; e se você entendeu, grande coisa, outros já disseram coisas piores". Essa troca do que foi feito por quem fez tem raiz funda na nossa formação, e voltarei a discutir essas raízes ainda neste artigo.

[4]Sobre Ciro Gomes em 2022: durante a reta final daquela campanha, pressionado a renunciar à candidatura em favor do voto útil, ele classificou publicamente a operação como "terrorismo e fascismo de esquerda", resistiu à pressão e terminou com votação muito abaixo da que as pesquisas iniciais lhe atribuíam. O episódio foi discutido por ele próprio em entrevistas e debates públicos à época, entre eles a conversa com Gregório Duvivier. Sobre 2026: já filiado ao PSDB, Ciro recusou em abril o convite do partido para disputar a Presidência, alegando cansaço da política nacional, e concorreu ao governo do Ceará. Tarcísio de Freitas, por sua vez, declarou ao longo de 2025 e 2026 que não disputaria a Presidência e buscou a reeleição em São Paulo.

Discutir se essa "forma geral de pensar a política" é verdadeira seria cair na armadilha dela, porque ela não é falseável[5]. Há um modo melhor de pô-la à prova, e é por ele que eu quero começar.

3. A pergunta que eu deveria ter feito na hora

Em todas essas conversas, a minha vontade, e me arrependo de não tê-la seguido, era fazer uma pergunta só:

> *"Se você convencer todas as pessoas a pensarem como você, a qualidade dos nossos políticos aumenta ou diminui? E se eu convencer todas as pessoas a pensarem como eu, a qualidade aumenta ou diminui?"*

Note que essa pergunta não discute quem está certo sobre os fatos. Ela desloca o teste. Em vez de perguntar "a sua descrição do Brasil é verdadeira?", ela pergunta "a sua descrição do Brasil, se virar convicção geral, produz que Brasil?". É o teste da generalização, que a filosofia moral conhece desde Kant[6] e que qualquer pessoa encarregada de uma regra aplica sem saber o nome. Por exemplo, quando o professor responde ao aluno que pede para entregar o trabalho atrasado: "se eu abrir essa exceção para você, tenho de abri-la para a turma inteira".

Convém enunciar a tese dos meus interlocutores com todas as letras, porque ela costuma circular pela metade. Ela não se resume a constatar que há muito político corrupto. O que ela diz é isto: "todos são corruptos, em maior ou menor grau, e por isso não me importo de votar em um deles; política é isso mesmo, acumular poder, descer ao nível que for preciso e desviar quando a impunidade estiver garantida." A primeira metade é uma descrição do país, e sobre ela se pode discutir com dados. A segunda é uma conclusão sobre como se deve votar, e é com essa que eu brigo.

Aplicado aqui, o teste produz um resultado assimétrico. Se a tese dos meus interlocutores se generalizar, o país piora. Se a minha se generalizar, o país melhora.

Quando duas pessoas conversam, alguma coisa passa de uma para a outra, como o fluir de um rio. Se uma das duas teses, espalhada, melhora a vida de todos, e a outra, espalhada, piora, por que diabos a ideia que piora deveria ser a que convence? Por que nos deixaríamos influenciar por ela, sabendo que, generalizada, seria um desastre?

O meu chamado, neste artigo, é um só: que o razoável não se deixe influenciar pelo irrazoável.

E quero ser preciso sobre o que isso significa, porque há aqui duas operações diferentes que costumam andar juntas. Uma é descrever o país como ele é, e nisso não vejo problema nenhum: descrever é obrigação de quem pensa, e este artigo inteiro é uma descrição. A outra é tomar a descrição como norma, isto é, concluir que, porque as coisas são assim, elas devem ser assim, e que quem espera coisa diferente está sonhando. É só contra a segunda operação que estou falando. Ninguém precisa tampar o sol com a peneira. O que não se pode é usar a nossa média como medida do que é humanamente possível. Dito de outro modo: continue dizendo que há muito político corrupto, porque há. O que não se sustenta é concluir daí que tanto faz em quem votar.

Um exemplo pequeno mostra o tamanho que essa diferença pode ter. Em março de 2022, Will Smith subiu ao palco do Oscar e deu um tapa na cara de Chris Rock, diante da plateia e de uma transmissão ao vivo para o mundo inteiro. O vídeo é o mesmo em todo lugar. Nos Estados Unidos, o índice de simpatia do ator medido pela Q Scores, instituto que o setor usa para precificar

---

[5] O critério é de Karl Popper. Uma afirmação só é discutível com proveito se existir algum fato capaz de desmenti-la; uma teoria que explica igualmente bem qualquer resultado não explica coisa nenhuma. Ver A Lógica da Pesquisa Científica, de 1934.

[6] O teste remete à formulação do imperativo categórico de Immanuel Kant na Fundamentação da Metafísica dos Costumes (1785): age apenas segundo a máxima que possas querer que se torne lei universal. Não estou aqui defendendo o sistema moral kantiano, apenas usando o seu critério de universalização, que é útil mesmo para quem discorda do resto.

celebridades, caiu de 39 para 24 pontos, a rejeição saltou de menos de dez para 26, e a Academia o proibiu de comparecer às suas cerimônias por dez anos. No Brasil, um levantamento da Quaest sobre 492 mil menções nas redes, nas vinte e quatro horas seguintes, encontrou 74% de manifestações a favor de Smith, 18% neutras e 8% a favor de Rock[7]. O fato era idêntico nos dois países; o que mudou foi a régua. E repare na justificativa que mais apareceu por aqui, que foi a defesa da honra da esposa, somada à lembrança afetuosa de quem cresceu vendo o ator na televisão: a pergunta deixou de ser o que ele fez e passou a ser quem ele é para nós. Tenho a minha opinião sobre a cena, mas ela não vem ao caso. O episódio está aqui por uma razão só: mostrar que a nossa sensibilidade ao que é tolerável não é uma referência humana universal.

Preciso dizer, antes de seguir, que não me julgo o sujeito mais prudente do planeta, e que, em muitos outros assuntos, sou eu quem deveria ser convencido e influenciado. O argumento aqui não trata de quem é melhor. Trata de uma tese específica e do efeito dela quando vira senso comum.

4. Por que o "realismo" favorece exatamente quem ele diz denunciar

O restante deste artigo tem quatro movimentos. Aqui eu mostro por que tolerar a corrupção favorece justamente o corrupto. Em seguida, por que é tão difícil enxergar o limite. Depois, de onde vem, na nossa formação, esse jeito de julgar. E, por fim, o que fazer com isso. Começo pelo mecanismo, porque é nele que a conversa se decide.

Pense na tolerância do eleitorado como o sarrafo de uma prova de salto em altura, isto é, como a altura mínima que um candidato precisa vencer para ser considerado aceitável. Quem salta por cima entra na vida pública; quem não consegue pular, fica de fora.

Agora observe o que acontece quando o sarrafo está baixo. O político que não rouba passa em qualquer altura: passa no sarrafo baixo porque não rouba, e passa no sarrafo alto porque continua não roubando. Abaixar o sarrafo não concede a ele absolutamente nada. Já o político que rouba só passa se o sarrafo estiver baixo, e para ele cada centímetro a menos é a diferença entre estar dentro e estar fora.

A conclusão é incômoda e é inevitável: baixar o sarrafo é uma concessão unilateral. Ela não acrescenta nada ao honesto e acrescenta tudo ao desonesto.

Quem repete que "todo político é corrupto" e que "não tem como governar sem se corromper" acredita estar fazendo uma denúncia. Na prática, está concedendo uma anistia prévia, geral, ampla e irrestrita, com um beneficiário só, que é o político corrupto. O honesto não precisa dessa concessão. O patife vive dela, e não se incomoda nem um pouco que a população inteira pense que todo político é ladrão.

Há um segundo efeito, mais lento e mais grave, que é de seleção. Quando o eleitorado deixa de distinguir entre o que rouba e o que não rouba, o retorno de ser honesto cai a zero. Não há prêmio eleitoral para a honestidade, porque a honestidade deixou de ser percebida como diferença, ou mesmo como pré-requisito. E, sem prêmio, o honesto não entra, ou entra, desanima com a própria população e não volta.

---

[7] A Q Scores mede o apelo de celebridades junto a um painel de consumidores norte-americanos, com levantamentos em janeiro e em julho; os números de Will Smith são os de janeiro e julho de 2022. A Academia de Artes e Ciências Cinematográficas vetou sua presença em eventos da entidade por dez anos, e ele renunciou ao quadro de membros. O dado brasileiro é da Quaest, que mapeou 492 mil menções no Twitter, no Instagram e no Facebook entre as 21h de 27 e as 18h de 28 de março de 2022, divulgado pela coluna de Guilherme Amado no Metrópoles. Registro que os dois números não são comparáveis em método: um é pesquisa de painel com amostra controlada, o outro é escuta de redes numa janela de vinte e quatro horas logo após o episódio, e quem se manifesta nas redes não representa a população. O que a comparação sustenta não é a medida exata da diferença, e sim que ela existiu e foi grande.

O economista George Akerlof descreveu esse mecanismo em 1970, no artigo que fundou a teoria da seleção adversa[8]. A conclusão dele é a seguinte: quando um dos lados de uma negociação sabe mais do que o outro sobre aquilo que está sendo negociado, o lado desinformado, incapaz de separar o bom do ruim, oferece a todos as mesmas condições, calculadas pela média. O exemplo que torna isso mais palpável é o do seguro de saúde, que o próprio Akerlof usa: quem conhece a própria saúde é o cliente, não a seguradora, e um plano de preço único é caro demais para o saudável e barato demais para o doente. Nessas condições, os saudáveis saem, na carteira de clientes da seguradora permanecem os doentes, o preço sobe de novo, e o processo se repete.

A assimilação com o nosso caso é direta. A seguradora perde os clientes saudáveis quando nivela o preço de forma irrazoável; a população perde os políticos honestos quando nivela de forma irrazoável a própria expectativa. Em ambos os casos, quem não consegue distinguir nivela por baixo, e quem é bom vai embora. Por isso o slogan "todo político é corrupto" funciona menos como constatação sobre o estoque atual de políticos e mais como instrução de preço dada ao mercado. Dito por muita gente, ele deixa de descrever a realidade e passa a fabricá-la. É uma profecia que se cumpre por seleção adversa.

5. Por que é tão difícil estabelecer um limite

Falta responder a uma pergunta honesta: se o argumento acima é tão simples, por que tanta gente sensata se conforma com essa "forma geral de pensar a política", por mais deletéria que ela seja, e ainda o faz com um certo ar de maturidade, como se o inconformismo fosse coisa de gente ingênua? A resposta tem a ver com o seguinte: a capacidade de enxergar e estabelecer um limite é uma faculdade que se desgasta com o uso, e no Brasil, convenhamos, o uso foi intenso.

Há pelo menos cinco mecanismos bem documentados operando aqui. Apresento cada um em poucas linhas, com a conclusão do estudo e a sua relação com o nosso caso; quem quiser conhecê-los por dentro encontrará o desenvolvimento completo num artigo que preparei à parte.

5.1. A anomalia que vira padrão

A socióloga Diane Vaughan passou quase uma década lendo os documentos internos da NASA sobre o desastre do ônibus espacial Challenger, em 1986, e chegou a uma conclusão que ninguém esperava[9]. Não houve alerta ignorado por pressa ou pressão política. Houve outra coisa: uma peça de vedação (conhecida como anel de vedação ou O-ring) vinha apresentando desgaste desde 1981, cada voo com desgaste terminava bem, e a cada repetição o problema foi reclassificado por escrito, de "anomalia" para "dado esperado", de "dado esperado" para condição "indesejável, mas aceitável", até entrar nos critérios oficiais de aprovação. Quando os engenheiros pediram adiamento na véspera do lançamento, já não havia regra a invocar: a regra tinha sido reescrita pelos cinco anos anteriores. Vaughan chamou isso de normalização do desvio. E fez questão de registrar que nenhuma daquelas decisões foi descuidada; todas tinham ata, assinatura e boa justificativa dentro das regras então vigentes.

O que interessa aqui é o formato do processo, e não o acidente. Uma anomalia que não produz consequência imediata deixa de ser reconhecida como defeito e passa a ser o padrão pelo qual a próxima inconsistência será julgada. É o que acontece conosco a cada escândalo que não dá em nada: o caixa dois, a emenda sem rastreabilidade, o cargo de confiança para formação de curral

[8]George A. Akerlof, "The Market for 'Lemons': Quality Uncertainty and the Market Mechanism", Quarterly Journal of Economics, v. 84, n. 3, 1970. O artigo rendeu a Akerlof o prêmio Nobel de Economia de 2001, dividido com Michael Spence e Joseph Stiglitz, justamente pelos estudos sobre mercados com informação assimétrica. O artigo trata do mercado de carros usados, em que lemon designa o carro com defeito oculto

[9]Diane Vaughan, The Challenger Launch Decision: Risky Technology, Culture, and Deviance at NASA, University of Chicago Press, 1996. A autora cunhou ali a expressão "normalization of deviance", hoje corrente em engenharia de segurança, medicina e aviação. As peças em questão eram os anéis de vedação (O-rings) das juntas dos propulsores sólidos. Tratei do caso em detalhe no artigo complementar a este, dedicado aos cinco estudos aqui resumidos.

eleitoral, a compra e venda de votos. Nenhum deles derruba o país na semana seguinte, e é exatamente por isso que cada um rebaixa um pouco a régua com que julgaremos o próximo evento. É como se fôssemos os engenheiros da NASA inspecionando um anel de vedação desgastado que não causou a queda do voo. Examinamos um desvio de conduta e, como o Brasil não quebrou, assimilamos o episódio como algo indesejável, mas aceitável.

5.2. A régua que desliza

Em 1995, o biólogo marinho Daniel Pauly notou um defeito sistemático na avaliação dos estoques de peixe em diversas regiões do mundo[10]. Cada geração de pesquisadores tomava como "estado normal" a quantidade que encontrou no mar no início da própria carreira e media a degradação a partir dali. Como cada geração herdava um mar já mais pobre que o da anterior, empobrecido por décadas de pesca acima da capacidade de reposição, a perda acumulada ao longo de um século simplesmente sumia da medição. Pauly chamou isso de síndrome da linha de base deslizante, ou síndrome do referencial mutável. O efeito é devastador porque é invisível: ninguém erra a conta, cada um mede corretamente a partir do ponto em que chegou, e o erro está no ponto de partida, que ninguém escolheu.

Aplique ao Brasil e você entende por que os mais jovens costumam ser os mais indignados: eles ainda não gastaram o medidor. E por que os mais velhos, que atravessaram mais escândalos, reagem com menos choque. Talvez haja algum cinismo adquirido nisso, e eu não descartaria a hipótese, mas o essencial é outra coisa: com o tempo, as pessoas de mais idade foram movendo a própria régua para baixo, na mesma medida em que baixavam suas expectativas de qualidade do capital político e do debate público.

5.3. O aviso que produz o que pretendia evitar

O Parque Nacional da Floresta Petrificada, no Arizona, sofria com visitantes que levavam pedaços de madeira fossilizada. O psicólogo Robert Cialdini e seus colegas testaram placas diferentes em trechos diferentes do parque[11]. Uma delas informava que muitos visitantes vinham retirando madeira do parque e alterando o seu estado natural. A frase era verdadeira e a intenção era boa, e o furto nesses trechos subiu para 7,92%. Outra placa dizia apenas "por favor, não retire madeira petrificada do parque, para preservar o seu estado natural", com um símbolo de proibição. Nesses trechos o furto ficou em 1,67%. Ou seja, o aviso que funciona existe, e é o que enuncia a norma sem informar quantos a desrespeitam.

É a diferença entre dizer o que se deve fazer e dizer o que as pessoas de fato fazem. Quando as duas mensagens entram em conflito, a segunda costuma vencer, porque o ser humano aprende o que é seguro observando os outros. Daí a consequência que me interessa: a frase "todo político é corrupto" opera como a placa que deu errado. Ela informa a cada eleitor que o roubo é o comportamento comum e, ao informá-lo, o torna mais comum. Quem a repete não está descrevendo o Brasil, está construindo um pedaço dele, em geral sem perceber.

---

[10]Daniel Pauly, "Anecdotes and the shifting baseline syndrome of fisheries", Trends in Ecology & Evolution, v. 10, n. 10, 1995. São duas páginas apenas, e estão entre os textos mais citados da biologia da conservação.

[11]Robert B. Cialdini, Linda J. Demaine, Brad J. Sagarin, Daniel W. Barrett, Kelton Rhoads e Patricia L. Winter, "Managing social norms for persuasive impact", Social Influence, v. 1, n. 1, 2006. No experimento de campo, a placa de norma descritiva ("muitos visitantes passados retiraram madeira petrificada do parque, alterando o estado natural da Floresta Petrificada") produziu furto em 7,92% das trilhas marcadas, contra 1,67% na condição de norma injuntiva ("por favor, não retire madeira petrificada do parque, a fim de preservar o estado natural da Floresta Petrificada", acompanhada de um símbolo de proibição). A diferença é de quase cinco vezes, e as duas placas tinham a mesma intenção.

5.4. O desamparo aprendido

Em 1967, Martin Seligman e Steven Maier descreveram o seguinte fenômeno[12]. Animais submetidos repetidamente a um estímulo doloroso do qual não havia escapatória, fizessem o que fizessem, eram depois colocados numa caixa em que bastava saltar uma barreira baixa para interromper o estímulo[13]. Eles não saltavam. Ficavam parados, com a saída visível e ao alcance. Os que não haviam passado pela fase incontrolável aprendiam a saltar quase de imediato. O que os primeiros haviam aprendido não era a dor, e sim a inutilidade de reagir. Em 2016 os próprios autores revisaram a tese e propuseram algo mais sombrio: a passividade talvez seja o estado padrão diante do que não se controla, e o que se aprende, quando se aprende, é a existência de controle.

Era disso que falava o candidato Renan Santos, na entrevista que comentei em outro artigo[14], ao dizer que "a pessoa que é vítima de tanto abuso começa a não perceber mais que está sendo abusada; ela acha que o abuso faz parte da rotina dela". A frase é boa psicologia popular e aponta para o fenômeno certo[15]. Um eleitorado que atravessou quatro décadas de escândalos sem consequência não está sendo apático por preguiça: está agindo como quem já concluiu, com alguma base, que reagir não altera o resultado.

5.5. A armadilha social

O quinto mecanismo amarra todos os outros, e vem da ciência política. Pense num condomínio. Os moradores pagam a taxa, o síndico administra o dinheiro, e, como ninguém pode acompanhar cada nota fiscal, elege-se um conselho fiscal para conferir as contas. Na sociedade, de um lado temos o povo (que paga), de outro temos a classe política (que administra), e no meio um corpo de fiscais para manter o segundo grupo na linha. E para evitar corrupção, as soluções de sempre, que são boas e eu não desmereço: fiscalizar mais, auditar melhor, punir com mais rigor.

Bo Rothstein e outros mostraram por que isso não funciona em países de corrupção sistêmica[16]. O conselho fiscal é eleito pelos mesmos moradores e mora no mesmo prédio. Levando para o tamanho real, polícia, Ministério Público, tribunais de contas e corregedorias são nomeados, financiados e promovidos dentro do mesmo Estado que deveriam vigiar. E, do outro lado, não existe um condômino honesto à espera de ser bem servido: existe uma população inteira que gostaria de viver num país honesto e que, ao mesmo tempo, age de modo desonesto, porque cada um espera que todos os outros ajam assim também.

Pense em alguém que precisa de um alvará. Num lugar onde ninguém paga propina, oferecer dinheiro ao funcionário público (participante do "conselho fiscal") não traz vantagem alguma: o alvará sairia do mesmo jeito, o sujeito gasta à toa e ainda se expõe a ser denunciado. Pagar, ali, é

---

[12]Um leitor poderia lembrar aqui da "síndrome de Estocolmo", e a associação é compreensível, mas preferi não usá-la. A expressão foi popularizada pela imprensa a partir de um assalto a banco ocorrido em Estocolmo em 1973, nunca foi incluída no DSM nem na CID, carece de critérios diagnósticos estabelecidos e vem sendo criticada na literatura por falta de base empírica. O desamparo aprendido, ao contrário, tem meio século de experimentação controlada por trás.

[13]Registro, por cuidado: os experimentos de 1967 aplicaram choques elétricos em cães e não seriam autorizados hoje. As normas de ética em pesquisa com animais, que se consolidaram nas décadas seguintes, exigem aprovação prévia por comitê e orientam-se pelos princípios da substituição, redução e refinamento do uso de animais. Cito o estudo pelo que ele estabeleceu sobre o comportamento diante do incontrolável, o que não implica endosso do método.

[14]Martin E. P. Seligman e Steven F. Maier, "Failure to escape traumatic shock", Journal of Experimental Psychology, 1967. A revisão posterior está em Steven F. Maier e Martin E. P. Seligman, "Learned helplessness at fifty: Insights from neuroscience", Psychological Review, v. 123, n. 4, 2016, na qual os autores sustentam que a passividade diante do incontrolável é a resposta padrão do organismo, e que o que de fato se aprende é a percepção de controle.

[15]Entrevista de Renan Santos ao Flow News #065, em 2/9/2026, aos 15min39s. Comentei essa entrevista no artigo "Entre o analista e o candidato", no item dedicado à frase "o brasileiro vota mal".

[16]Bo Rothstein, "Anti-corruption: the indirect 'big bang' approach", Review of International Political Economy, 2011, e Anna Persson, Bo Rothstein e Jan Teorell, "Why Anticorruption Reforms Fail: Systemic Corruption as a Collective Action Problem", Governance, v. 26, n. 3, 2013. A literatura sobre armadilhas sociais remete ainda a Elinor Ostrom e ao problema clássico dos bens comuns. A imagem do condomínio é minha, e simplifica o que a ciência política chama de problema do principal e do agente.

burrice. Num lugar onde todos pagam, a fila deixou de ser organizada pela ordem de chegada e passou a ser organizada pelo envelope colocado embaixo da porta, e quem não paga vê o próprio processo parado enquanto os dos outros andam. Pagar, ali, passa a ser o que compensa, inclusive para quem acha aquilo errado. E esse é o detalhe mais cruel: no fim, até quem discorda paga.

Com o voto acontece a mesma coisa. Quando há alternativas viáveis em disputa, deixar de votar em um candidato que não atende ao limite do razoável não custa quase nada a quem recusa: basta votar em outro que lhe agrade. Quando o eleitorado converge, a recusa fica cara, porque não existe para onde levar o voto, e quem não participa se retira da única decisão que será efetivamente tomada. E foi exatamente isso que aconteceu agora. Havia doze candidatos no primeiro turno. Os dois que chegaram ao segundo somaram 92% dos votos válidos, e os outros dez, juntos, ficaram com menos de 8%[17]. A decência, nesse arranjo, tem o preço fixado pelo número de pessoas que estão sendo decentes ao mesmo tempo. E quem fixou esse preço fomos nós: quanto menos gente levou em conta o limite do razoável no primeiro turno, mais caro ficou sustentá-lo no segundo.

É a isso que se dá o nome de armadilha social: um equilíbrio ruim que se sustenta não pelas preferências das pessoas, mas pelas expectativas que elas têm umas sobre as outras. E se isso é verdade, então é na expectativa que se pode mexer, e expectativa não é traço de caráter nacional nem coisa que venha no DNA.

6. A Lei de Gérson e a conta que ela não faz

Em 1976, a J. Reynolds lançou no Brasil uma campanha de televisão para os cigarros Vila Rica[18]. O garoto-propaganda era Gérson de Oliveira Nunes, meia da seleção campeã do mundo em 1970, apresentado no anúncio como o "cérebro" daquele time. E o texto, dito por ele com simpatia, era este:

> *"Gosto de levar vantagem em tudo, certo? Leve vantagem você também: leve Vila Rica."*
>
> Campanha Vila Rica, 1976

Vale parar um instante aqui, porque as gerações mais novas não têm ideia do que isso significa. Não era um comentário cínico de bar, nem uma frase apanhada em microfone aberto. Era uma peça publicitária aprovada por uma agência, por um cliente e por uma emissora, dita por um ídolo nacional em horário nobre, partindo do pressuposto, correto, aliás, de que levar vantagem em tudo era um valor com o qual o consumidor brasileiro se identificaria a ponto de comprar o produto.

A expressão "Lei de Gérson" só apareceu uma década depois, nos anos 1980, cunhada pelo jornalista Maurício Dias numa entrevista com o psicanalista Jurandir Freire Costa, e pegou quando a imprensa passou a noticiar sistematicamente casos de corrupção política. Isto é: a frase foi dita como elogio em 1976 e virou acusação nos anos 1980. O próprio Gérson, anos depois, declarou arrependimento por ter associado o nome àquilo. O homem que deu nome à lei não era mais seu defensor.

O que mudou de 1976 para cá, portanto, não foi o pensamento, e sim a ousadia de dizê-lo em voz alta. O que hoje é velado já foi explícito, e o fato de ter sido explícito é a prova documental de que nossa cultura, num certo momento, achava aquilo publicitário.

Isso tem consequência direta para a minha tese. Se o pensamento é o mesmo e só a licença social mudou, então a licença social é justamente o que está em disputa quando duas pessoas conversam

---

[17]Primeiro turno de 4/10/2026: Flávio Bolsonaro, 47,03%, e Lula, 45,16%, dos votos válidos, somando 92,19%. Os outros dez candidatos dividiram entre si os 7,81% restantes. Dados do Tribunal Superior Eleitoral.

[18]A campanha dos cigarros Vila Rica, da J. Reynolds, foi veiculada em 1976 e criada pela agência Caio Domingues & Associados; o garoto-propaganda era Gérson de Oliveira Nunes, meia da seleção campeã de 1970. A expressão "Lei de Gérson" só surgiu na década de 1980, cunhada pelo jornalista Maurício Dias em entrevista com o psicanalista Jurandir Freire Costa para a revista IstoÉ. O comercial original está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fh9u_amafFI

sobre eleição. Em 1976 ela era total. Hoje é parcial. Pode diminuir mais, e pode aumentar, conforme quem influencia quem.

Vale acrescentar que a fórmula vendida por Gérson tem um defeito que nenhuma agência examinou na época: ela não fecha a conta!

Eu costumo dizer que no Brasil todo mundo quer ser o "malandro", aquele que se dá bem às custas dos outros, e quase ninguém quer ser o "otário", aquele que cumpre a norma. Só esquecemos de fazer uma conta simples: num lugar com poucos malandros e muitos otários, as coisas ainda caminham; num lugar com poucos otários para muitos malandros, o que reina é a paralisia social.

A imagem mais imediata disso é o acostamento. Pense na situação: engarrafamento na estrada, e aquela fileira de carros descendo pelo acostamento. Enquanto são poucos, o esquema funciona muito bem para eles. Quando a regra não é respeitada por ninguém, o acostamento vira uma segunda pista parada e não existe prêmio pela trapaça. Ainda por cima, se uma ambulância precisar passar não chegará ao hospital a tempo.

O ponto a extrair daí é mais duro do que parece. A vantagem do malandro pertence menos a ele do que à existência dos outros. O que ele explora é a norma que os demais cumprem. Um malandro numa sociedade de malandros não é vencedor nenhum; é um sujeito parado no acostamento. Ou seja, o malandro depende do otário e, ao pregar a sua filosofia, está serrando o galho que o sustenta.

Por isso a "esperteza" brasileira é, além de um problema moral, um erro de cálculo. Convencer todo mundo de que vale a pena levar vantagem é a única estratégia que garante que levar vantagem deixe de valer a pena. E que fique claro que não estou fazendo defesa alguma da malandragem. Estou constatando um dado da realidade: num país minimamente funcional, os malandros são sempre menos numerosos do que os que cumprem a norma, e é disso que depende o funcionamento da sociedade.

E se pudéssemos resumir o Brasil nessa alusão ao trânsito, chegaríamos a uma imagem bastante exata: um grande engarrafamento parado, inclusive no acostamento, uma ambulância com a sirene ligada atrás, levando um paciente entubado, tentando usar a faixa que lhe é de direito. E sabe quem está dentro da ambulância? O filho de um dos que estão no acostamento. Nenhum deles sabe, e é por isso que continuam ali, convencidos de que estão levando vantagem. A vantagem: chegar cinco minutos mais cedo no destino.

7. A raiz: quando "certo e errado" vira "próximo e distante"

Tratei em outro lugar, com mais vagar, das raízes históricas dessa maneira de julgar[19]. Resumo aqui o estritamente necessário.

Sérgio Buarque de Holanda descreve o brasileiro como "homem cordial", e a palavra, como ele próprio precisou esclarecer quando foi mal lido, não vem de bondade, mas de cor, cordis, coração[20]. O homem cordial é aquele cuja vida social é governada pelo afeto, e não pela norma impessoal. Holanda foi explícito: pela expressão cordialidade "eliminam-se aqui, deliberadamente, os juízos éticos", e "a inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração".

O efeito prático é este: a categoria "certo e errado" cede lugar à categoria "próximo e distante". E, quando isso acontece, a pergunta "ele roubou?" é substituída pela pergunta "ele é dos nossos?".

[19]Desenvolvi esse ponto com mais vagar em "Uma Reforma que ainda não desembarcou: as raízes do Brasil e a tarefa inacabada da igreja evangélica brasileira" (2026), onde trato também de Max Weber, Abraham Kuyper e Gilberto Freyre.

[20]Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, capítulo 5. O esclarecimento sobre o sentido de "cordial" foi dado pelo autor em resposta ao poeta Cassiano Ricardo, que havia lido a expressão como sinônimo de bondade; a resposta passou a integrar as edições seguintes do livro em nota.

Aqui se fecha o ponto que deixei em aberto lá atrás: é essa substituição que permite o culto à personalidade prosperar, porque, uma vez que todos são tidos por corruptos, resta defender aquele de quem se gosta. Também é ela que explica por que cada campo do nosso debate consegue ser implacável com o escândalo do adversário e compreensivo com o próprio. Trata-se de indignação seletiva, e ela já chegou a um ponto em que o eleitor sequer se sente enganado: se o seu candidato promete algo na campanha e descumpre logo depois de eleito, isso é recebido como característica natural da atividade política, e não como quebra de palavra. A régua em uso deixou de ser a ética e passou a ser a proximidade.

Esse é o primeiro álibi que ouvimos para a tolerância, e ele é cultural. Holanda, que não era homem religioso, viu o problema com clareza e escreveu a frase que, para mim, é bem importante[21]:

> *"Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios. É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social."*
>
> Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil

Repare no desespero contido nessa frase. Ele chega a admitir a tirania como alternativa, por não ver de onde mais poderia vir uma norma que valesse igualmente para o forte e para o fraco. O "elemento normativo sólido" é exatamente o que este artigo chama de sarrafo, ou nível de tolerância. Holanda diagnosticou a falta e não tinha o remédio.

Há ainda um segundo álibi, mais recente e mais simpático, que é o da escassez: aquilo que o ditado popular resume em "farinha pouca, meu pirão primeiro". A ideia é que um povo pobre não tem o luxo da norma, e que a exigência ética seria um bem de consumo de quem já comeu. É um argumento com aparência de compaixão, e eu o levo a sério, mas ele não sobrevive ao teste histórico: nenhuma nação saiu da pobreza afrouxando a norma, e várias saíram dela apertando-a. A sequência causal, quando se observa quem de fato enriqueceu, costuma ser a inversa da que o ditado sugere. A escassez pode até explicar por que o sarrafo caiu, mas não justifica mantê-lo no chão.

8. Uma preocupação pastoral

Como esta reflexão nasceu também de uma preocupação pastoral, preciso dizer de onde ela se alimenta. A Bíblia, que para mim é regra de fé e prática, tem um interesse específico e recorrente por um fenômeno preciso: o de um povo deixar de chamar o pecado de pecado, até perder de vista a diferença entre o certo e o errado.

O caso mais extremo está em Juízes 19, e não é leitura para o culto infantil[22]: um levita hospedado em Gibeá, cidade de Israel, entrega sua concubina a uma turba que a violenta até a morte. O horror da narrativa é deliberado, e o paralelo com Sodoma é proposital, porque o narrador quer que o leitor perceba o seguinte: aquilo que Israel está praticando, dentro da terra da promessa, é uma das piores condutas que se esperavam dos pagãos. A reação registrada é significativa: "nunca tal se fez, nem se viu desde o dia em que os filhos de Israel subiram da terra do Egito". E o livro inteiro se encerra com o diagnóstico: "cada um fazia o que parecia reto aos seus olhos". Não havia peso de referência para usar na balança. Cada um pesava com o seu próprio peso.

O segundo caso é o de Corinto, e o gesto de Paulo ali é exatamente o que falta ao nosso debate. Ao tratar de um homem que se relacionava com a mulher de seu pai, o apóstolo não começa citando a Lei. Começa assim: há entre vós uma imoralidade "tal que nem mesmo entre os gentios se

[21] Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, capítulo 5. A frase aparece na discussão sobre a impossibilidade de fundar instituições estáveis sobre a pura afetividade.

[22] Juízes 19 e 21.25. A fórmula "cada um fazia o que parecia reto aos seus olhos" aparece quatro vezes no livro (17.6; 18.1; 19.1; 21.25) e funciona como chave de leitura de toda a seção final, que é deliberadamente construída para horrorizar o leitor israelita.

nomeia”[23]. O argumento não é “vocês desobedeceram a Deus”, que também era o caso, e sim “vocês estão tolerando o que nem os pagãos toleram”.

É um movimento retórico que vale a pena aprender, desde que se entenda o que ele faz. Paulo não recorre ao padrão dos de fora por atribuir autoridade a ele, porque a regra continua sendo a Lei de Deus. Ele toma emprestado o peso de referência dos de fora para mostrar o quanto a balança daquela igreja havia se desregulado. E a ironia é o ponto: aquela comunidade existia para chamar os pagãos ao arrependimento e tinha descido abaixo do nível de quem deveria resgatar. Repare, aliás, que a acusação do apóstolo não para na tolerância, mas alcança o orgulho de quem tolerava: “E vocês estão orgulhosos! Não deviam, porém, estar cheios de tristeza e expulsar da comunhão aquele que fez isso?”

Guardo essa combinação porque ela descreve bem o nosso caso. Já mencionei que a normalização do absurdo quase sempre se apresenta como maturidade. Quem normaliza não se vê cedendo, e sim encarando a realidade como gente grande, sem ilusão e sem sonho, com aquele ar de único adulto na sala. É uma posição confortável e tem o seu charme, até o dia em que se olha para fora e se descobre que países muito mais pobres do que o nosso nos ultrapassam em indicador atrás de indicador. Aí o que parecia maturidade aparece pelo que é, orgulho. Arrecadamos praticamente no nível médio da OCDE e entregamos o IDH mais baixo entre os trinta países que mais tributam no mundo, e ocupamos esse último lugar há mais de uma década[24]. Em outras palavras, a prepotência cobra um alto preço, dentro e fora da igreja.

Há ainda a denúncia de Isaías contra os que “ao mal chamam bem, e ao bem, mal; que fazem da escuridade luz, e da luz escuridade”[25]. Repare que não se trata ali apenas de uma denúncia contra praticar o mal, e sim contra renomeá-lo. É o pecado específico do deslocamento da régua, o pecado da linha de base deslizante, dito em hebraico vinte e sete séculos antes de Pauly.

Por fim, e fechando o círculo com que este artigo começou: a Escritura trata a adulteração de peso e medida com uma severidade que surpreende quem não a leu.

> *“Balança enganosa é abominação para o Senhor, mas o peso justo é o seu prazer.”*
>
> Provérbios 11.1

A lei de Deuteronômio proíbe ter na bolsa “duas espécies de peso, um grande e um pequeno” (Dt 25.13-16). E Amós descreve os comerciantes que aguardam o fim da festa religiosa para “diminuir o efa[26], e aumentar o siclo[27], e para procederem dolosamente com balanças enganosas” (Am 8.5). Note que nenhum desses textos trata o assunto como uma esperteza comercial, pequena falta ou jeitinho. A palavra usada é abominação, o que mostra que o Deus da Bíblia tem opinião sobre a balança do açougue.

---

[23] 1 Coríntios 5.1-5. A citação do versículo 1 segue a Almeida Revista e Atualizada; a do versículo 2, mais adiante, segue a Nova Versão Internacional, por ser mais clara em português corrente. Vale notar que Paulo não está apenas condenando o ato, mas a tolerância da comunidade diante dele: a censura recai sobre a igreja, que estava “inchada” de orgulho, e não apenas sobre o indivíduo.

[24] Os dados vêm do IRBES (Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade), calculado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), que cruza a carga tributária com o Índice de Desenvolvimento Humano dos trinta países de maior tributação do mundo. O Brasil ocupa a última posição da lista desde 2011. A carga tributária brasileira situa-se em torno de 32% do PIB, próxima da média dos países da OCDE (cerca de 34%), e bem abaixo das nações nórdicas, que passam de 44%. Para comparação de resultado, e não de carga: no PISA 2022, o Vietnã, com renda per capita muito inferior à brasileira, superou o Brasil em matemática, leitura e ciências. Dados em: https://ibpt.com.br e https://www.oecd.org/pisa

[25] Isaías 5.20, na série de ais do capítulo 5. O verbo hebraico em questão descreve a operação de chamar uma coisa pelo nome de outra, e não a de praticar o mal sabendo que é mal.

[26] Efa (hebraico ʾêpâ): medida de capacidade para grãos, equivalente a um bato de líquido e a um décimo do hômer, cerca de 40 litros, segundo o Léxico Hebraico e Aramaico do Antigo Testamento de William L. Holladay. O próprio léxico registra, nesse verbete, a expressão ʾêfâ wᵉʾêfâ, “dois tipos de efa”, de Deuteronômio 25.14, que é exatamente a fraude descrita acima.

[27] Siclo (hebraico šeqel): unidade de peso e, por extensão, de valor, correspondente a aproximadamente 12 gramas, conforme Holladay, que registra ainda o šeqel haqqōdeš, o “siclo do santuário”, isto é, o padrão oficial de referência. A palavra vem da raiz verbal šql, “pesar”, que em certos contextos significa também “pagar” (1Rs 20.39): no hebraico, portanto, pagar e pesar são o mesmo gesto, e adulterar o siclo equivale a adulterar a própria unidade de medida.

9. Objeções que eu levo a sério

Primeira: ao não votar em nenhum dos dois, você entregou a decisão a outros e, na prática, ajudou o pior.

Esta é a objeção mais forte, e é a que mais ouvi. A resposta honesta é que ela está parcialmente certa, e eu aceito o ônus: num segundo turno, abster-se é de fato abrir mão de influir no resultado imediato. O que eu contesto é o horizonte do cálculo. A objeção avalia uma eleição; eu estou avaliando a série de eleições. Se o meu voto for concedido sempre que me apresentarem alguém "menos pior", ele deixa de ser um sinal e vira uma garantia, e um eleitorado que garante o voto em qualquer caso é um eleitorado que não precisa ser conquistado por ninguém. Prefiro pagar o preço de um turno a entregar o preço de todos os turnos seguintes.

Há ainda uma imprecisão na forma mais comum da acusação, e vale desfazê-la. Costuma-se dizer que o voto nulo ajuda quem está na frente, porque reduz o total de votos válidos. Isso é verdade no primeiro turno, em que o candidato precisa de maioria absoluta dos votos válidos para evitar o segundo, e ali cada nulo encolhe a base de cálculo e facilita a vida de quem lidera. No segundo turno não existe essa barreira: vence quem tiver mais votos que o outro, e nenhum voto nulo altera qual dos dois tem mais[28]. O que eu perdi, ao não votar, foi participação na decisão, e isso eu admiti logo no início. Vantagem a alguém eu não transferi. Quem ainda assim discordar de mim não está sendo cínico. Está dando mais peso ao estrago dos próximos quatro anos do que a um ganho distante e incerto, que seria a melhora da qualidade do voto e do capital político, e essa é uma conta que cada um faz com os seus próprios parâmetros.

Segunda: isso é pureza moral, e pureza moral é um luxo de quem não sofre as consequências.

Levo a sério, porque é verdade que o custo de um mau governo não se distribui igualmente, e que quem tem menos paga mais. Mas observe o que a objeção faz: ela transforma a exigência de que não se roube dinheiro público em uma excentricidade de classe média. Eu afirmo o contrário, e acho que a evidência me ajuda. Dinheiro público desviado é, proporcionalmente, um imposto sobre o pobre, porque é dele a escola, o posto e o ônibus que o desvio paga. A exigência que estou fazendo não é um luxo de quem não sofre; é o interesse direto de quem mais sofre, e o que a tolerância produz é precisamente a continuidade do sofrimento.

Terceira: o seu limite também é arbitrário. Por que "não roubar" e não outra coisa?

É uma boa objeção, e a resposta é que o limite que proponho tem duas propriedades que o tornam o menos arbitrário disponível. Ele é binário, pois não existe um pouco de desvio de verba, como não existe uma balança um pouco honesta; e é universal, isto é, não depende de concordância ideológica, valendo igualmente para o governo de que eu gosto e para o de que não gosto. Qualquer limite mais alto que esse seria, aí sim, programa político disfarçado de ética. Qualquer limite mais baixo deixa de ser limite.

Quarta: e a presunção de inocência? Você está chamando de ladrão quem não foi condenado.

Esta eu aceito como refinamento de definição, e faço a correção. Juízo criminal pertence ao Judiciário e exige prova; juízo eleitoral pertence ao eleitor e é outra coisa. Eu não preciso de uma condenação transitada em julgado para decidir a quem entrego o meu voto, do mesmo modo que não preciso dela para escolher a quem entrego a chave da minha casa. Mas devo ao leitor, e aos envolvidos, a distinção: o que eu afirmo é que não me convenço da idoneidade de alguém, e não

[28] Constituição Federal, art. 77, § 2º: considera-se eleito no primeiro turno o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos, não computados os em branco e os nulos. § 3º: no segundo turno, considera-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos. A diferença é decisiva: no primeiro turno existe um patamar a ser atingido, e o voto nulo, por encolher a base de cálculo, pode de fato ajudar quem lidera; no segundo turno não há patamar algum, apenas a comparação entre os dois.

que esteja provada a sua culpa. A diferença tem consequência prática, porque é ela que separa uma posição de um libelo.

Quinta: pelo que está posto aqui, bastaria parar de dizer que todo político é ladrão para que o Brasil virasse uma Suíça tropical? E, se não podemos mais dizer isso, não corremos o risco de deixar de alertar as pessoas?

Quanto à primeira parte, a resposta é não, e sustentar o contrário não seria nem ingenuidade, seria absurdo. A crença coletiva é uma variável do sistema, e não a única: a alfabetização deficiente, o desenho eleitoral, a dependência do político local e a impunidade continuam todas lá, e algumas delas aparecem neste mesmo artigo. O que distingue essa variável das demais é que ela é a única inteiramente ao alcance de quem me lê. Reforma eleitoral depende do Congresso; a frase que você repete na mesa do almoço depende de você. E o ganho prometido não é a Suíça. É algo bem mais modesto e bem mais urgente: que voltar a ser honesto tenha algum retorno eleitoral.

Quanto à segunda parte, eu não estou pedindo silêncio. Estou pedindo precisão, e a distinção é fácil de aplicar. Dizer "o deputado fulano desviou tal verba, e aqui está a prova" é alerta no sentido pleno da palavra: o leitor é obrigado a comparar aquele deputado com os outros, e o sarrafo sobe. Dizer "todo político é ladrão" é a mesma indignação convertida em regra geral, e regra geral não compara ninguém com ninguém.

Repare, aliás, que a generalização destrói exatamente o alerta que pretendia dar. Se todos roubam, a notícia de que fulano roubou deixa de informar qualquer coisa: é previsão confirmada, é redundância, e é por isso que entre nós um escândalo sucede o outro sem mover ponteiro algum. Quem generaliza para alertar está gastando a munição que pretendia usar. E o experimento do parque mostra qual é a placa que funciona: não a que avisa que muita gente leva madeira, mas a que diz, sem rodeios, que levar madeira é proibido. Denunciar nomeia; generalizar anistia. Com isso não estou dizendo, é claro, que a hipérbole esteja proibida em qualquer discurso.

Sexta: no artigo anterior você elogiou um candidato por aceitar compor governo com o Congresso que o povo elegesse. Isso não é a mesma tolerância que você recusa agora?

É a objeção mais interessante, porque aponta para uma contradição aparente entre dois textos meus, e eu acho que a contradição se desfaz numa distinção que vale a pena ter.

Compor governo com o Congresso eleito é lidar com o que se recebeu. Nenhum presidente escolhe o Parlamento; ele o encontra. Já o voto é um ato inteiramente livre, em que ninguém me obriga a nada. Uma coisa é administrar um constrangimento; outra é produzi-lo voluntariamente e depois chamá-lo de realidade. O realismo que elogiei é o de quem reconhece o limite do próprio poder; o realismo que recuso é o de quem antecipa a derrota e entrega o que ninguém lhe pediu.

Penso num médico para ilustrar a diferença. Ele é obrigado a atender o criminoso que chega ferido de uma operação policial, e faz bem em atendê-lo: a situação lhe foi imposta e ele não escolheu o paciente. O que não se exige dele, em nome do mesmo realismo, é que deixe esse paciente circular sem vigilância pela enfermaria, sozinho com gente mais vulnerável. Atender é o constrangimento recebido; baixar a guarda é escolha livre. Confundir as duas coisas é o erro que eu estou tentando apontar.

E há um detalhe factual que me poupa o trabalho de defender a coerência sozinho: aquele mesmo candidato terminou o primeiro turno em quarto lugar e anunciou que não votaria no segundo turno, liberando os seus eleitores[29]. Ele fez exatamente o que eu fiz, com a diferença de que eu não

[29]Renan Santos (Missão) obteve 2.675.887 votos no primeiro turno de 2026, ficando em quarto lugar, e anunciou publicamente que não votaria no segundo turno, liberando seus eleitores.

tinha eleitores. Pode-se achar que estamos ambos errados, mas não que estamos sendo incoerentes.

10. Conclusão: mover a janela

Existe um conceito na análise política, atribuído a Joseph Overton, que descreve o conjunto de posições que, num dado momento, podem ser defendidas em público sem que o defensor pareça alguém insano: a chamada janela de Overton[30]. O que está dentro da janela é discutível; o que está fora não é sequer refutado, apenas ignorado.

Quero ilustrar com um exemplo que todo mundo entende. Se, numa reunião de trabalho, alguém começa a sustentar a ideia de que a Terra é plana, ninguém monta uma comissão para examinar as evidências dessa afirmação. As pessoas mudam de assunto e seguem adiante, sem que isso se caracterize como intolerância com o ponto de vista alheio; é apenas a economia de atenção de uma sociedade que já resolveu aquilo e não pretende reabrir. A tese não precisa ser vencida num debate; basta que esteja fora da janela[31].

É exatamente isso que eu quero com relação à normalização do absurdo. Não pretendo ganhar discussão alguma sobre a suposta necessidade de votar em político corrupto. Quero que essa ideia, ocupe o mesmo lugar que o terraplanismo ocupa hoje: o de uma posição que ninguém se dá ao trabalho de refutar. Que quem a sustente seja ouvido com a mesma paciência educada que se dá a quem diz que a Terra é plana, e que a conversa siga adiante. Que a frase "todo político rouba, é assim mesmo" soe, daqui a vinte anos, como soa hoje "gosto de levar vantagem em tudo": algo constrangedor. Note que a janela já andou. O problema é que andou pouco, e pode voltar.

Para onde ela anda depende, no agregado, de milhões de conversas como as que eu tive com pessoas próximas nos dias de campanha. Em cada uma delas, duas teses entram em contato e uma delas cede terreno. Não há árbitro, não há tribunal, não há decreto. Há só pessoas se convencendo umas às outras sobre o que é normal. Ceder a uma influência que faz parecer normal aquilo que é absurdo é mais do que uma rendição pessoal; é, me perdoem a franqueza, uma loucura social.

Numa sociedade minimamente saudável, é preciso que haja pouca gente pensando como o Gérson da propaganda e muita gente disposta a traçar um limite razoável, sem se deixar influenciar por quem se beneficia do baixo nível de razoabilidade.

Voltemos ao açougue, então, e encerremos onde começamos. A consequência daquilo que consideramos normal já estava anunciada na primeira seção deste artigo. Os dois fregueses da fila vão sair dali tendo influenciado um ao outro, queiram ou não. Se vencer o que diz que açougue é assim mesmo, a balança continua errada e tende a contaminar não só a carne, mas a farinha, o arroz e tudo o mais que se pesa antes de vender. Se vencer o que diz que peso não é opinião, um incômodo é plantado, o desconforto vira atitude e a atitude se converte numa balança ajustada. Nenhum dos dois vai mudar o país naquela tarde (nem precisam). Mas os dois estão, naquele momento, decidindo em que altura fica o sarrafo do que é aceitável entre nós e, por mais modesta que seja essa altura, quanto mais alto ele ficar, menos gente de má índole conseguirá passar por cima dele.

---

[30] O conceito é atribuído a Joseph P. Overton, vice-presidente do Mackinac Center for Public Policy, falecido em 2003, e foi difundido por colegas seus depois de sua morte. Overton o formulou para descrever a viabilidade política de propostas de governo; a aplicação a normas éticas, feita aqui, é uma extensão do conceito, e não o seu uso original.

[31] Tenho ciência de que existe hoje um movimento terraplanista com alguma expressão. Também estou consciente de que o fenômeno das bolhas nas redes sociais infla esse assunto muito além da relevância real que ele tem. Ainda assim, creio que se pode dizer com tranquilidade que o terraplanismo permanece fora do debate sério, e que seus proponentes carregam, aos olhos do público, o estigma de quem abriu mão do juízo crítico. É justamente esse estatuto que estou usando como termo de comparação.

Obras citadas

AKERLOF, George A. “The Market for ‘Lemons’: Quality Uncertainty and the Market Mechanism”. Quarterly Journal of Economics, v. 84, n. 3, 1970.

CIALDINI, Robert B. et al. “Managing social norms for persuasive impact”. Social Influence, v. 1, n. 1, 2006.

HOLLADAY, William L. Léxico Hebraico e Aramaico do Antigo Testamento. São Paulo: Vida Nova.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 1936.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. 1785.

MAIER, Steven F.; SELIGMAN, Martin E. P. “Learned helplessness at fifty: Insights from neuroscience”. Psychological Review, v. 123, n. 4, 2016.

PAULY, Daniel. “Anecdotes and the shifting baseline syndrome of fisheries”. Trends in Ecology & Evolution, v. 10, n. 10, 1995.

PERSSON, Anna; ROTHSTEIN, Bo; TEORELL, Jan. “Why Anticorruption Reforms Fail: Systemic Corruption as a Collective Action Problem”. Governance, v. 26, n. 3, 2013.

POPPER, Karl. A Lógica da Pesquisa Científica. 1934.

VAUGHAN, Diane. The Challenger Launch Decision. Chicago: University of Chicago Press, 1996.